Disposições geraes

Art. 32.º O periodico é obrigado a inserir gratuitamente no primeiro numero posterior á notificação judicial: 1.º A defesa de qualquer individuo, ou pessoa moral, que tiver sido injuriado ou diffamado no mesmo periodico, contanto que a respectiva materia não exceda o dobro ou mil letras de impressão e não contenha abuso de liberdade de imprensa;

2.º O desmentido ou rectificação official de qualquer noticia publicada ou reproduzida no periodico.

§ 1.º A notificação para ser feita qualquer das publicações referidas nos numeros anteriores será requerida nos termos prescritos nos artigos 645.º e 649.º do Codigo do Processo Civil, entregando-se no acto da notificação a defesa do arguido, ou o desmentido ou rectificação official.

§ 2.º A inserção deve fazer-se de uma só vez no mesmo logar do periodico onde tiver sido impressa a respectiva arguição ou noticia, e em typo e formato quanto possivel iguaes.

§ 3.º Pela falta de cumprimento do disposto neste artigo incorre o director ou redactor principal do periodico na multa de 50000 réis por cada dia que demorar a publicação ali ordenada, salvo caso de força maior.

§ 4.º Se, nos casos do n.º 1.º d'este artigo, for judicialmente decidido não haver lugar á inserção, não poderá contra o periodico intentar-se processo algum pela pretensa diffamação ou injuria.

§ 5.º A decisão a que se refere o paragraho anterior será proferida de plano, pelo juiz competente, no prazo de vinte e quatro horas, e d'ella haverá para a Relação do districto recurso de agravo nos proprios autos, o qual será processado e julgado como os agravos de petição em materia civil.

Art. 33.º Quando em alguma publicação houver referencias, allusões ou frases equivoacas, que possam implicar diffamação ou injuria para alguém, poderá quem nellas se julgar comprehendido notificar, nos termos dos artigos 645.º e 649.º do Codigo do Processo Civil, o autor do escrito se for conhecido, e na sua falta o director ou redactor principal se a publicação for periodica, ou o editor se for não periodica, para que declare terminantemente por escrito no prazo de cinco dias se essas referencias, allusões ou frases dizem ou não respeito ao requerente e dê publicidade pela imprensa á mesma declaração.

§ 1.º Se o autor do impresso, o director ou redactor principal, ou o editor, declararem por escrito e publicarem que as referencias, allusões ou frases não dizem respeito ao requerente, esta fica inhibido de propor as respectivas acções penal e civil.

§ 2.º Se o autor do impresso, director ou redactor principal ou o editor não fizerem a declaração ou a fizerem por forma não terminante, poderá seguir contra elles o respectivo processo.

§ 3.º Se o autor, director ou redactor principal do periodico ou editor da publicação não periodica não fizerem declaração alguma, ou, fazendo-a, ella não for terminante, o queixoso terá direito á competente acção criminal e civil, presumindo-se que o escrito se refere ao queixoso.

§ 4.º O processo de notificação será appensado á acção que for intentada

Art. 34.º A introdução no país e a circulação de quaesquer impressos estrangeiros só poderão ser prohibidas por deliberação do Governo quando se verificarem os casos do artigo 10.º e do § unico do artigo 11.º, devendo, porem, os mesmos impressos ser immediatamente remetidos ao tribunal competente para os devidos effeitos.

Art. 35.º Ficam revogadas todas as leis de liberdade de imprensa e demais legislação em contrario.

Art. 36.º O presente decreto entrará immediatamente em vigor e será sujeito á apreciação da proxima assembleia nacional constituinte.

Determina-se, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 28 de outubro de 1910.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Afonso Costa*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Bernardino Machado*—*Antonio Luis Gomes*.

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas datas seguintes
Outubro 26

Bacharel José Maria de Sá Fernandes, juiz da comarca de Resende — nomeado juiz de investigação criminal na comarca do Porto.

Outubro 28

Bacharel Antonio de Sousa Madeira Pinto, sub delegado da 5.ª vara civil da comarca de Lisboa — exonerado.
Luis de Sousa Faisca — approved para ajudante, na parte notarial, do escrivão-notario da comarca de Loulé,
Joaquim Candido da Franca Leal.

Bacharel João Inacio da Silva Correia Simões, delegado do procurador da Republica em Famalicão — autorização para gozar dez dias de licença anterior.

Declara-se que os seguintes despachos, publicados no *Diario do Governo* de 25 do corrente outubro, foram feitos nos termos do artigo 50.º da lei de 30 de junho de 1893, por conveniencia urgente de serviço:

Director Geral da Justiça, Bacharel Germano Lopes Martins.

Director Geral dos Negocios Ecclesiasticos, José Caldas.
Director da Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, Bacharel José de Barros Mendes de Abreu.

Director da Penitenciaria de Lisboa, José Alfredo Mendes de Magalhães.

Sub-director da mesma Penitenciaria, João Gonçalves.
Secretario da procuradoria da Republica no Porto, Bacharel Antonio Resende.

Secretario, archiviata e conservador do Tribunal do Commercio do Porto, Adriano Gomes Ferreira Pimenta.
Escrivão do 2.º officio do 2.º districto criminal de Lisboa, Gervasio Heliodoro Alves da Silva.

Direcção Geral da Justiça, em 28 de outubro de 1910.—
O Director Geral, *Germano Martins*.

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, e com fundamento no artigo 35.º da lei de 9 de setembro de 1908, se decretou o seguinte:

É aberto no Ministerio das Finanças, e a favor do Ministerio da Justiça, um credito extraordinario da importancia de 5:000\$000 réis, a inscrever como despesa extraordinaria na tabella d'este Ministerio em vigor no corrente anno economico, com applicação aos encargos a satisfazer por effeito da execução do disposto no artigo 9.º do decreto com força de lei de 8 de outubro de 1910, que expulsou os jesuitas e extinguiu as ordens religiosas. Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir,

Folha, processada nos termos do artigo 3.º do decreto de 16 de julho de 1910, publicado no *Diario do Governo* n.º 158, do 21 do mesmo mês, para pagamento de remuneração que compete aos empregados no serviço extraordinario d'esta repartição no mês de setembro de 1910

Numero das recibos	Nomes	Categorias	Numero de tarefas	Preço	Importancia da remuneração	Descontos			Liquido a pagar
						Caixa de Aposentação	Imposto de rendimento	Total dos descontos	
1	Francisco de Paula de Abreu Marques	Deleg. do Thesouro	-	-	-	-	-	-	-
2	João Pacheco Xavier Lobo Lacerda Moniz Corte Real	1.º official	10	\$600	6\$000	\$300	-	\$300	5\$700
3	Joaquim Ernesto Mascarenhas Cordes de Avellar	2.º official	10	\$600	6\$000	\$300	-	\$300	5\$700
4	Augusto Christovam da Conceição	3.º official	10	\$600	6\$000	\$300	-	\$300	5\$700
5	Antonio do Carmo Torrado	Escrivão de fazenda addido	10	\$600	6\$000	\$300	-	\$300	5\$700
6	Augusto Carlos Freire Pires	Empregado provisorio	10	\$500	5\$000	\$250	-	\$250	4\$750
7	Carlos Eduardo Sangreman Proença	1.º aspirante	10	\$433	4\$330	\$216	-	\$216	4\$114
					33\$330	1\$666	-	1\$666	31\$664

Importa esta folha na quantia de 33\$330 réis.

Repartição de Fazenda do districto de Faro, 4 de outubro de 1910.—O Delegado do Thesouro, *F. de Abreu Marques*.

Direcção Geral da Contabilidade Publica

2.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1843, haver requerido Antonia de Bourbon da Silva Albuquerque Carvalho, residente na cidade do Porto, por si e como representante de seu filho menor Luis, o pagamento dos vencimentos que ficaram em divida a seu marido e pae Eugenio Augusto de Carvalho, como delegado do Thesouro. que foi, do districto de Braga; a fim de que qualquer pessoa que tambem se julgue com direito á percepção dos ditos vencimentos, ou de parte d'elles, requeira pela 2.ª Repartição d'esta Direcção Geral dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 27 de outubro de 1910.—O Conselheiro Director Geral, *André Navarro*.

Direcção Geral das Contribuições Directas

1.ª Repartição

Despachos effectuados na presente data

José Pereira da Silva, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Trancoso — transferido, como pediu, para identico logar no concelho de Almada, vago pela transferencia de Abel Ribeiro Botelho Ferreira.

Guilherme Augusto Fernandes, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Faro — transferido, como pediu, para identico logar na Repartição de Fazenda do districto de Lisboa, vago pela transferencia de Joaquim Eduardo de Abreu Camacho.

Abel Ribeiro Botelho Ferreira, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Almada — transferido, como pediu, para identico logar no concelho de Trancoso, vago pela transferencia de José Pereira da Silva.

Joaquim Eduardo de Abreu Camacho, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do districto de Lisboa — transferido para identico logar na do concelho de Faro, vago pela transferencia de Guilherme Augusto Fernandes.

Direcção Geral das Contribuições Directas, 27 de outubro de 1910.—O Director Geral, *Julio Maria Baptista*.

Tendo saído com inexactidão um despacho publicado no *Diario do Governo* n.º 19, de 27 do corrente mês, novamente se publica o mesmo:

Por despacho de 26 do corrente mês.

José Francisco Pereira, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do districto de Viseu — licença de trinta dias, nos termos do artigo 39.º do decreto de 24 de de-

publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 28 de outubro de 1910.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Afonso Costa*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Bernardino Machado*—*Antonio Luis Gomes*.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Ill.º e Ex.º Sr.—Tenho a honra de submeter á approvação de V. Ex.ª a adjunta folha, em quadruplicado, da remuneração aos empregados d'esta repartição pelo serviço extraordinario, por meio de tarefas, prestado no mês de setembro findo, fora das horas regulamentares, a fim de que V. Ex.ª se digne ordenar o seu pagamento.

Como informação, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.ª que os referidos trabalhos produziram a organização da demonstração 30 do districto, com respeito ao anno economico findo, e a conta da responsabilidade dos agentes do Banco de Portugal nesta cidade, pela sua gerencia do mesmo anno economico, que foi remetida para o Tribunal de Contas.

Deus guarde a V. Ex.ª

Repartição de Fazenda do districto de Faro, 4 de outubro de 1910.—Ill.º e Ex.º Sr. Conselheiro Secretario Geral do Ministerio da Fazenda.—O Delegado do Thesouro, *F. de Abreu Marques*.

zembro de 1901, devendo satisfazer o respectivo emolumento.

Direcção Geral das Contribuições Directas, em 28 de outubro de 1910.—O Director Geral, *Julio Maria Baptista*.

Administração Geral das Alfandegas

1.ª Repartição

Por decretos de 14 do corrente: Ismael Maria do Rego, segundo aspirante da Alfandega de Lisboa — promovido, por antiguidade de classe, ao logar de primeiro aspirante do quadro das alfandegas. Antonio Marciano Acabado, terceiro aspirante da Alfandega do Porto — promovido, precedendo concurso, ao logar de segundo aspirante.

José Pedro de Sequeira Manso da Lança Cordeiro, terceiro aspirante da Alfandega do Porto — collocado, como pediu, na situação de inactividade temporaria.

Sebastião Maria Pedroso Gamitto — idem, idem. Antonio Fernandes Sardinha, primeiro sargento da guarda-fiscal — nomeado, por conveniencia urgente do serviço publico, para o logar de terceiro aspirante.

Raul Alvaro de Andréa Massano — nomeado, precedendo concurso, e por conveniencia urgente do serviço publico, para o logar de terceiro aspirante.

Alfredo Augusto Serafim Mello Junior — idem, idem.

Por decreto de 25 do corrente: Rui de Fontes Pereira de Mello Ganhado Ferreira de Mesquita inspector do quadro da Inspeção Geral do Serviço Technico das Alfandegas — collocado, como pediu, na situação de inactividade temporaria.

(Vistos do Tribunal de Contas de 22 e 26 do presente mês).

Administração Geral das Alfandegas, em 28 de outubro de 1910.—O Administrador Geral, interino, *João de Sousa Calvet de Magalhães*.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

1.ª Secção

Despacho effectuado na data abaixo indicada
Por decretos de 27 do corrente mês: João de Almeida, capitão de infantaria e do estado maior — exonerado do cargo de governador do districto da Huilla, na provincia de Angola.
Alfredo Frederico de Albuquerque Felner, capitão de infantaria — nomeado para o cargo de governador do districto da Huilla, na provincia de Angola.